



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 8/XII/1.ª SL

Aos 30 dias do mês de Agosto de 2011, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Admissão e distribuição de petições;**
- 3. Apreciação e votação dos pareceres sobre:**
 - **Projecto de Lei n.º 4/XII/1.ª (BE) - "Cria o tipo de crime de enriquecimento ilícito";**
 - **Projecto de Lei n.º 5/XII/1.ª (BE) - "Alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de Abril, do Controlo Público da Riqueza dos Titulares de Cargos Públicos";**
 - **Projecto de Lei n.º 11/XII/1.ª (PCP) - " Cria o tipo de crime de enriquecimento ilícito".**
- Relatora - Deputada Isabel Oneto (PS);**
 - **Proposta de Lei 10/XII/1.ª (GOV) - "Altera o crime de incêndio florestal e os crimes de dano contra a natureza e de poluição, tipifica um novo crime de actividades perigosas para o ambiente, procede à 28.ª alteração do Código Penal, e transpõe a Directiva n.º 2008/99/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro de 2008 e a Directiva n.º 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro de 2009".**
- Relator - Deputado João Oliveira (PCP);**
- 4. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**
- 5. Apreciação e votação do requerimento para a audição da Presidente da Comissão para a Eficácia das Execuções para prestar informações sobre as queixas apresentadas contra agentes de execução e sobre as pendências de processos executivos, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;**
- 6. Apreciação e votação do requerimento para a audição do Dr. Jorge Silva Carvalho, ex-director do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 8/XII/1.^a SL

7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, que solicita a audição do Secretário-geral dos Serviços de Informações da República Portuguesa para prestar esclarecimentos sobre factos ocorridos no âmbito do SIED;
8. Apreciação e votação do requerimento, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP que solicita a audição do Ministro da Administração Interna para prestar esclarecimentos sobre o congelamento das progressões nas forças armadas e de segurança e averiguar quais as acções e omissões do anterior Governo nesta matéria;
9. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, que solicita a audição do Director do SIED e do responsável pela gestão dos dados dos clientes da Operadora Optimus;
10. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão (PSD), foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:










Iniciativa	Deputado(a) Relator(a)
<p>Proposta de Lei n.º 10/XII/1.^a - GOV</p> <p><u>Altera o crime de incêndio florestal e os crimes de dano contra a natureza e de poluição, tipifica um novo crime de actividades perigosas para o ambiente, procede à 28.^a alteração do Código Penal, e transpõe a Directiva n.º 2008/99/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro de 2008 e a Directiva n.º 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro de 2009.</u></p>	Deputado João Oliveira (PCP)
<p>Projecto de Lei n.º 31/XII/1.^a - BE</p> <p><u>Altera o regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.</u></p>	Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
<p>Projecto de Lei n.º 35/XII/1.^a - PCP</p> <p><u>Lei Orgânica do Regime do Referendo Regional.</u></p>	Deputado Hugo Velosa (PSD)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 8/XII/1.^a SL

Relativamente à Proposta de Lei n.º 10/XII/1.^a – GOV, o Senhor Presidente informou a Comissão que, pelo facto de a Conferência de Líderes a ter para ao Plenário do dia 31 de Agosto, pediu ao Senhor Deputado João Oliveira (PCP) para elaborar o respectivo parecer de modo a ser apreciado e votado nesta reunião.

Foram ainda distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

Iniciativa	Deputado(a) Relator(a)
<p>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 do Conselho, que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação [COM(2011)290]</p> <p>  PT_letter_290.pdf COM_2011_290_PT_ ACTE_f.pdf</p>	<p>Deputado Telmo Correia (CDS-PP)</p>
<p>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às estatísticas europeias sobre a segurança face à criminalidade (Texto relevante para efeitos do EEE) [COM(2011)335]</p> <p>  COM_2011_335_PT_ PT_letter_335.pdf ACTE_f.pdf</p>	<p>Deputada Cecília Honório (BE)</p>
<p>Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao direito de acesso a um advogado em processos penais e ao direito de comunicação após a detenção [COM(2011)326]. Esta iniciativa tem ainda associados os seguintes documentos: Avaliação de Impacto [SEC(2011)686] e Resumo da Avaliação de Impacto [SEC(2011)687].</p> <p>    SEC_2011_687_PT_ SEC_2011_686_EN_PT_letter_COM(2011)326_PT_ DOCUMENTDETRAVA DOCUMENTDETRAVA)326.pdf ACTE_f.pdf</p>	<p>Deputada Isabel Moreira (PS)</p>
<p>LIVRO VERDE - Reforçar a confiança mútua no espaço judiciário europeu - Livro Verde sobre a aplicação da legislação penal da UE no domínio da detenção [COM(2011)327].</p> <p> COM_2011_327_PT_ ACTE_f.pdf</p>	<p>Deputado José Luís Ferreira (PEV)</p>



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 8/XII/1.^a SL

Não havendo petições para distribuir, passou-se ao ponto relativo à apreciação e votação dos pareceres sobre os Projectos de Lei n.º 4/XII/1.^a (BE) - "Cria o tipo de crime de enriquecimento ilícito", n.º 5/XII/1.^a (BE) - "Alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de Abril, do Controlo Público da Riqueza dos Titulares de Cargos Públicos" e n.º 11/XII/1.^a (PCP) - "Cria o tipo de crime de enriquecimento ilícito". A pedido da relatora, Senhora Deputada Isabel Oneto (PS), a respectiva apreciação e votação foi adiada para a reunião seguinte.

O Senhor Deputado João Oliveira (PCP) apresentou o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 10/XII/1.^a - GOV "Altera o crime de incêndio florestal e os crimes de dano contra a natureza e de poluição, tipifica um novo crime de actividades perigosas para o ambiente, procede à 28.^a alteração do Código Penal, e transpõe a Directiva n.º 2008/99/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro de 2008 e a Directiva n.º 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro de 2009". Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

No ponto relativo à apreciação e votação de relatórios finais de petições, o Senhor Deputado Paulo Ribeiro (PSD) apresentou o relatório final referente à Petição n.º 167/XI/2.^a - "Solicita a admissão do casamento poligâmico". Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

A Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) apresentou o relatório final referente à Petição n.º 94/XI/2.^a - "Solicita a aprovação urgente de uma resolução da Assembleia da Republica no sentido da fiscalização e avaliação da actuação recente da Comissão Nacional de Protecção de Dados". De igual modo, quando submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

Passando ao ponto 5. da ordem do dia, o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) apresentou o requerimento do PSD relativo à audição da Presidente da Comissão para a Eficácia das Execuções para prestar informações sobre as queixas apresentadas contra agentes de execução e sobre as pendências de processos executivos. Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 8/XII/1.^a SL

O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD), secundado pelo Senhor Deputado Telmo Correia (CDS/PP), apresentou o requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP referente à audição do Ministro da Administração Interna para prestar esclarecimentos sobre o congelamento das progressões nas forças armadas e de segurança e averiguar quais as acções e omissões do anterior Governo nesta matéria. Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente pôs então à discussão o requerimento para a audição do ex-director do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, tendo recordado que o Dr. Jorge Silva Carvalho, em data anterior à da entrada deste requerimento, enviou à Comissão uma carta disponibilizando-se para ser ouvido, e sobre a qual ainda não foi tomada uma decisão definitiva.

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) apresentou o requerimento, lembrando que a Comissão deliberou ouvir em primeiro lugar o Presidente do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações, após o que, e caso não resultassem objecções dessa audição, seria deliberado acerca da necessidade de ser ouvido o ex-director do SIED. É nessa conformidade que se justifica o requerimento do PS.

Seguiu-se um debate em que intervieram a Senhora Deputada Cecília Honório (BE) – que saudou a alteração da posição inicial do PS, ao avocar a competência fiscalizadora da Assembleia da República, e aproveitou para expressar a sua discordância em relação à posição do Primeiro-ministro que, ao não disponibilizar à Comissão os elementos solicitados invocando o segredo de Estado, inviabiliza a efectiva fiscalização - e os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD) – que recordou não existir constrangimento legal para a Comissão ouvir o ex-director do SIED e que esta não é uma questão política, mas de respeito pela legalidade e à qual se aplica a lei do segredo de estado e o Regimento da Assembleia da República -, Telmo Correia (CDS/PP) – que referiu que alguns comentadores já questionam a necessidade da existência dos serviços de informações e que, sendo estes fundamentais para proteger as pessoas e o estado de direito democrático, é fundamental esclarecer se foram violados direitos, liberdades e garantias, mas com a reserva de que os directores que estão envolvidos nos inquéritos não devem ser ouvidos enquanto estes



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 8/XII/1.^a SL

decorrerem. Por outro lado, concorda com o teor da carta do Primeiro-ministro, uma vez que aí se explica com clareza porque que é que as informações solicitadas se consideram segredo de estado -, João Oliveira (PCP) – que defendeu que a situação deve ser esclarecida e que não se conforma com a decisão constante da carta do Primeiro-ministro e - e Sérgio Sousa Pinto (PS) - que recordou as dificuldades dos serviços de informações que têm sido divulgadas e que, realçou a importância do seu controlo democrático, mas que também seria importante tomar medidas para a recuperação da sua credibilidade.

Terminado o debate sobre este ponto, o Senhor Presidente submeteu a votação, em primeiro lugar, o pedido de audiência por parte do Dr. Jorge Silva Carvalho e, de seguida, o requerimento apresentado pelo PS no mesmo sentido. Ambos foram aprovados por unanimidade.

O Senhor Deputado João Oliveira (PCP) apresentou então o requerimento do Grupo Parlamentar do PCP solicitando a audição do Secretário-geral dos Serviços de Informações da República Portuguesa para prestar esclarecimentos sobre factos ocorridos no âmbito do SIED, tendo destacado a importância redobrada desta audição atendendo ao episódio recentemente divulgado referente aos registos telefónicos de um jornalista. Recordou que o PCP não propõe a derrogação do segredo de estado, mas que subsistem questões por esclarecer, referindo-se ao caso Bernardo Bairrão, às fugas de informação para a Ongoing e às notícias referentes aos dados telefónicos de um jornalista.

Seguiu-se um debate, no qual intervieram os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD) e Telmo Correia (CDS/PP) – que sustentaram não serem contra as audições propostas nem a favor da redução de competências fiscalizadoras da Assembleia da República, mas põe em causa a sua utilidade, enquanto não estiverem concluídos os inquéritos - Sérgio Sousa Pinto (PS) – que defendeu que os deputados não devem assistir passivamente às notícias que surgem, pois têm a obrigação de exercer a fiscalização no respeito pelos limites impostos pela lei – a Senhora Deputada Isabel Moreira (PS) – que recordou que a Comissão não passa atestados de honorabilidade a ninguém e que o segredo de estado está previsto na lei. Submetido o votação foi o

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 8/XII/1.^a SL

requerimento rejeitado com os votos contra do PSD e do CDS/PP, a abstenção do Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) e os votos a favor do PS, PCP, do BE e do PEV.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) apresentou de seguida o requerimento do Grupo Parlamentar do BE, no qual se solicita a audição do Director do SIED e do responsável pela gestão dos dados dos clientes da Operadora Optimus. Rejeitou o argumento de que o director do SIED não pode ser ouvido por estar a decorrer um inquérito e defendeu que os deputados não podem permitir que o segredo de justiça impeça o esclarecimento político que o Governo deve à Assembleia da República


Seguiu-se um debate em que intervieram os Senhores Deputados Telmo Correia (CDS/PP) – que pediu a separação dos dois pedidos constantes do requerimento para efeitos de votação -, João Oliveira (PCP) e Hugo Velosa (PSD) – que mantiveram as posições já expressas.

Verificando-se a anuência da Senhora Deputada Cecília Honório (BE), procedeu-se à votação, em primeiro lugar, da parte referente à da audição do Director do SIED. Submetida a votação, foi rejeitada com os votos contra do PSD e do CDS, a abstenção do Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) e os votos a favor do PS, do PCP, do BE e do PEV.

Submetida a votação, a parte do requerimento relativa à audição do responsável pela gestão dos dados dos clientes da Operadora Optimus foi aprovada por unanimidade.

A reunião foi encerrada às 17:30 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 14-09-2011



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ACTA NÚMERO 8/XII/1.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carla Rodrigues
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Oliveira
Jorge Lacão
José Luís Ferreira
Luís Pita Ameixa
Manuel Meirinho Martins
Maria Paula Cardoso
Paulo Simões Ribeiro
Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
António Filipe
Elza Pais
João Lobo
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: